



Plenário analisa alterações em regras eleitorais e partidárias

Proposta é o primeiro item da pauta de hoje. Já a reforma da Previdência foi debatida ontem pelos senadores e segue para análise de emendas na Comissão de Constituição e Justiça

Waldemir Barreto/Agência Senado — 7/8/2019



Relator do texto, Weverton (entre Jaques Wagner e Davi Alcolumbre) foi a favor da proposta e recusou quatro emendas. Uma outra ainda está pendente de análise

A pauta do Plenário de hoje começa com o projeto que altera as legislações eleitoral e partidária. O texto prevê exceções ao limite de gastos de campanhas, estabelece mudanças no Fundo Partidário, define critérios para inelegibilidade, autoriza a propaganda partidária semestral e muda regras sobre gestão de partidos.

A reforma da Previdência e a PEC paralela passaram ontem pela quinta sessão de discussão em primeiro turno no Plenário. O texto principal volta à Comissão de Constituição e Justiça para a análise das emendas. A proposta paralela será discutida amanhã. **3**



Pesquisas apontam despreparo financeiro da população

De cada 10 brasileiros adultos, 5 não entendem como o dinheiro se valoriza numa aplicação financeira e se deprecia sob o efeito da inflação. Para combater o analfabetismo financeiro

da população, as escolas públicas e privadas terão que ensinar educação financeira aos estudantes a partir de 2020. O tema será abordado de forma transversal nas diversas disciplinas. **4**



Ensino de educação financeira começa nos primeiros anos do colégio

Trabalhadores temem que reforma aumente miséria e informalidade

Em debate ontem na Comissão de Direitos Humanos, trabalhadores de baixa renda, como agricultores familiares e representantes de coope-

rativa de economia solidária, disseram que a reforma da Previdência pode aumentar a informalidade e criar classe de novos miseráveis no país. **3**



Para Nelsinho Trad (C), reajustes no transporte público são frequentes, mas qualidade dos equipamentos não melhora

Debatedores sugerem encarecer uso do automóvel

A Comissão de Infraestrutura recebeu ontem sugestões para reduzir o preço das passagens de ônibus e metrô. A principal foi tornar mais caro o uso do transporte individual para

estimular o uso do transporte público. Segundo o técnico do Ipea Carlos Henrique Carvalho, cidades americanas estão cobrando mais pelo transporte individual e já oferecem trans-

porte público gratuito.

O autor do requerimento para o debate, Nelsinho Trad, lembrou que reajustes são frequentes, mas a qualidade do transporte não melhora. **3**

Maurício de Sousa receberá homenagem por obra inclusiva

A Comissão de Assuntos Sociais homenageia hoje o cartunista Maurício de Sousa, em reconhecimento por sua obra em favor da inclusão das pessoas com deficiência. Quatro personagens da Turma da Mônica e crianças com deficiência estarão com ele no Auditório Petrônio Portella. **2**



Maurício de Sousa entre os personagens Mônica, Dorinha, Luca e Cebolinha

Obra inclusiva de Mauricio de Sousa será homenageada

Cartunista estará hoje no Senado, em evento para crianças com deficiência de escolas públicas de Brasília, e receberá homenagem pela criação de personagens que buscam eliminar preconceitos

O CARTUNISTA MAURICIO de Sousa será homenageado hoje pelo Senado, em reconhecimento por sua obra em favor da inclusão social das pessoas com deficiência. Quatro personagens da Turma da Mônica estarão com ele no evento, que reunirá no Auditório Petrônio Portella, a partir das 14h30, cerca de 200 crianças com deficiência que estudam em escolas públicas do Distrito Federal e em instituições conveniadas com o governo local.

Ao lado da Mônica e do Cebolinha, estarão no evento Luca (cadeirante inspirado nos atletas de basquete paralímpicos e fã de Herbert Vianna, vocalista dos Paralamas do Sucesso que ficou paraplégico) e Dorinha (garota cega inspirada na educadora Dorina Nowill, criadora da Fundação Dorina Nowill para Cegos). O evento terá três momentos: apresentação dos personagens, que poderão ser fotografados com as crianças,



Mauricio entre seus personagens Mônica, Dorinha, Luca e Cebolinha

pronunciamento de Mauricio de Sousa e, por último, a exibição de Cine Gibi, série animada com sete episódios e duração total de 71 minutos.

Talento

O requerimento para a homenagem foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Autor da proposição (REQ 112/2019), o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) disse que, com Mauricio de Sousa, as crianças têm tido a oportunidade de brincar com

personagens infantis com algum tipo de deficiência.

— A inclusão social surgiu na obra de Mauricio de Sousa no início dos anos 1990. As personagens são, antes de tudo, crianças, que desmontam preconceitos e nos tornam mais inteligentes e mais felizes, o que só os gênios fazem.

O senador ressalta que o talento do cartunista é reconhecido há mais de 50 anos.

— Trata-se de um grande artista e de um excepcional brasileiro.

Eduardo Braga entrega relatório sobre Augusto Aras

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) entregou ontem relatório favorável à indicação presidencial de Augusto Aras para procurador-geral da República. A análise do relatório é o primeiro item da pauta

de amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para o relator, Aras cumpre todas as exigências técnicas e legais necessárias ao exercício do cargo. Entre elas, o compromisso apresentado ao

Colégio de Líderes e declarado em carta entregue ao senador de devolver a carteira de advogado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e se retirar do escritório Aras e Advogados Associados, caso seja aprovado.

Para Marcos Rogério, Crivella buscou proteger crianças

A atitude do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que mandou retirar da 19ª Bienal Internacional do Livro uma história em quadrinhos com protagonistas homossexuais, publicada pela Marvel Comics, foi defendida por Marcos Rogério (DEM-RO).

— Qual é o propósito de se difundirem, de forma tão insistente, as condutas homossexuais, como se fosse um tema educacional, um conteúdo necessário para o ensino de crianças e adolescentes? — questionou o senador.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Kajuru critica postura de Gilmar Mendes sobre CPI dos Tribunais

Jorge Kajuru (Patriota-GO) lamentou em Plenário ontem que o ministro do STF Gilmar Mendes não tenha se declarado suspeito para julgar o mandado de segurança ajuizado por ele para garantir a instalação da CPI dos Tribunais Superiores.

— Gilmar Mendes adiantou qual deve ser o seu parecer. Iremos até onde for possível nessa luta. A gente tem direito, com recurso, de pedir que todo o Supremo julgue. E aí, ao vivo, vamos ver como é o voto de cada um.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para Confúcio Moura, sociedade deve se unir para sair da crise

Confúcio Moura (MDB-RO) destacou em Plenário ontem a crise econômica e política por que passa o país.

— Nós temos de nos juntar. Eu acho que só a classe política sozinha não dá conta de recuperar o Brasil, não. Só nós, votando aqui e acolá, vamos fazendo uma parte boa, mas precisamos também de um encorajamento e da participação das comunidades, da sociedade e dos prefeitos das pequenas cidades.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Girão: falas de Gilmar sobre CPI dos Tribunais afrontam o Senado

Eduardo Girão (Podem-CE) disse ontem em Plenário que a declaração do ministro Gilmar Mendes, do STF, sobre o mandado de segurança ajuizado para garantir a instalação da CPI dos Tribunais Superiores, é uma afronta ao Senado.

— Acredito que, com essa declaração, o ministro Gilmar Mendes tem o dever moral de se declarar impedido de julgar a liminar do senador Kajuru de se julgar suspeito.



Jefferson Ruy/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Reforma tributária

9h Audiência para debater reforma tributária.

CAE Economia solidária

10h Análise do PLC 137/2017, que cria a Política Nacional de Economia Solidária.

CPMI FAKE NEWS Plano de trabalho

10h10 Apresentação do plano de trabalho e análise de requerimentos.

CE Liberdade de expressão em escola

11h Análise do PL 3.942/2019, que inclui na LDB direito à liberdade de expressão em escolas e universidades.

CI Estrada parque

11h Análise do PLC 61/2013, que propõe a construção da Estrada Parque Caminho do Colono.

CTFC Propaganda

11h30 Análise do PLS 332/2015, que considera abusiva a propaganda que discrimina por gênero.

CE Programa Future-se

14h Debate sobre o Programa Future-se, do Ministério da Educação.

CMA Ministro

14h Audiência com o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, sobre a demissão do presidente do Inpe.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Análise do PL 5.029/2019, que altera regras aplicadas às eleições.

CAS Homenagem a Mauricio de Sousa

14h30 Homenagem ao cartunista Mauricio de Sousa, por sua obra pela inclusão social das pessoas com deficiência.

CMO Crédito especial

14h30 Análise do PLN 14/2019, que abre crédito especial para órgãos do Executivo.

MP 886/2019 Estrutura do governo

14h30 Análise do relatório da MP que muda estrutura do governo federal.

MP 889/2019 Saque do FGTS

14h30 Audiência sobre a MP que cria nova modalidade de saque do FGTS.

MP 890/2019 Médicos pelo Brasil

14h30 Análise do relatório sobre a MP que cria o Programa Médicos pelo Brasil.

MP 891/2019 13º salário

14h30 Apreciação do plano de trabalho da MP que antecipa 13º salário a aposentados.

BELO MONTE Plano de trabalho

14h30 Apresentação e discussão do plano de trabalho da subcomissão.

MP 893/2019 UIF

14h50 Análise do plano de trabalho da MP que cria a UIF no lugar do Coaf

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Texto sobre novas regras eleitorais pode ser votado

Item é o primeiro da pauta do Plenário, que ontem teve a quinta sessão de discussão da reforma previdenciária. A PEC retorna agora à Comissão de Constituição e Justiça para análise de emendas

O PROJETO QUE altera regras eleitorais e partidárias volta hoje à pauta do Plenário para discussão em turno único. O texto (PL 5.029/2019), que tem Weverton (PDT-MA) como relator, prevê exceções ao limite de gastos de campanhas, estabelece itens nos quais podem ser usados recursos do Fundo Partidário, define critérios para análise de inelegibilidade e autoriza o retorno da propaganda partidária semestral.

O projeto, que tramita em regime de urgência, permite que o partido possa ser registrado em qualquer cartório do Brasil e não mais apenas em Brasília. Permite também que a sede nacional seja em qualquer local do país, não apenas em Brasília.

A proposta amplia as possibilidades de uso dos recursos do Fundo Partidário por parte das legendas. Por exemplo, dá permissão para uso dos recursos na contratação de serviços de consultoria contábil e advocatícia, inclusive em qualquer processo judicial e administrativo de interesse ou litígio que envolva candidatos do partido, eleitos ou não, relacionados ao processo eleitoral, ao exercício de mandato eletivo, ou que possa acarretar reconhecimento de inelegibilidade.

A proposta permite também



Roque de Sá/Agência Senado — 21/09/2019

Crítérios de inelegibilidade estão em texto que será analisado no Plenário

o pagamento de passagens aéreas com recursos do Fundo Partidário para uso por parte de pessoas não filiadas ao partido, segundo critérios próprios do partido, desde que para participarem de congressos, reuniões, convenções e palestras. Altera, ainda, regras relativas à prestação de contas partidária.

O relator já apresentou parecer favorável à proposta e acabou recusando as quatro emendas apresentadas pelos senadores.

Juíza Selma (PSL-MT) apresentou ontem mais uma emenda, que está pendente de análise do relator.

Previdência

A reforma da Previdência (PEC 6/2019) e a PEC paralela (PEC 133/2019) passaram ontem pela quinta sessão de discussão em primeiro

turno no Plenário do Senado. A PEC 6/2019 volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para a análise das emendas, só depois será votada no Plenário. Conforme acordo de líderes partidários, ficou estabelecido que a votação do texto principal da reforma será no próximo dia 24, atendidos todos os prazos regimentais.

Com mais de 70 emendas de Plenário recebidas até agora, o relator na CCJ, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), deve entregar o parecer a respeito na quinta-feira. Já a PEC paralela será discutida amanhã. A ideia é que a PEC principal não seja mais alterada.

Caso ela seja aprovada pelo Senado, já poderá ser transformada em emenda constitucional. A PEC paralela ainda precisa passar pelo crivo da Câmara dos Deputados.

Convidados pedem investimento em transporte

Soluções para reduzir o preço das passagens dos transportes públicos, como ônibus e metrô, foram apresentadas em audiência pública ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A principal sugestão foi tornar mais caro o uso do transporte individual para estimular o uso do transporte público e financiá-lo. Nelsinho Trad (PSD-MS), autor do pedido de audiência, lembrou que os reajustes sempre são feitos, mas a qualidade não melhora.

— O transporte público urbano é fundamental na vida das pessoas que dependem desse meio de locomoção e nós temos que criar alternativas, no sentido de dar ao transporte público uma melhor condição para que o cidadão se sinta valorizado e respeitado, e fazer com que se achem mecanismos de se reduzir o preço dessa tarifa.

Segundo o representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Otávio Cunha Filho, não há



Matheus Oliveira/Agência Senado

Nelsinho (3º à dir.) comanda debate com especialistas em transportes

investimento há quase 20 anos. — A política adotada até hoje foi a política de incentivo ao transporte individual.

De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes, José Felinto, o bom funcionamento do transporte público é prejudicado por concessões e permissões ultrapassadas.

— Enfrentamos problemas jurisdicionais de competência entre os entes federados. Isso, em grande parte, são óbices e empecilhos jurídicos que amarram os investimentos e planejamento.

Entre as soluções, segundo os debatedores, estão a criação de um fundo específico, a desoneração tributária e uma política para encarecer o uso de transporte individual.

O técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Carlos Henrique Carvalho disse que, nos Estados Unidos, as cidades estão cobrando mais pelo uso do transporte individual e já conseguiram oferecer transporte gratuito. Estacionamentos e gasolina mais cara e pedágios automáticos conseguiram financiar essa gratuidade, explicou.

Aumento da miséria e do trabalho informal preocupa debatedores

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu ontem os riscos do aumento da miséria e da informalidade em decorrência da aprovação da reforma da Previdência. A audiência reuniu representantes de entidades de assistência social no campo e nas cidades.

Trabalhadores de baixa renda, como catadores de recicláveis, agricultores familiares e membros de cooperativa de economia solidária afirmaram na audiência que a atual crise de empregos, associada a uma Previdência que muitas vezes não chegará ao salário mínimo, deve criar uma classe de novos miseráveis.

Representante de associação de catadores de materiais recicláveis, Ronei Silva usou o próprio exemplo para demonstrar como não há Previdência sem assistência ao final da vida. Ele disse que sempre usou sua força para o trabalho, carregando sacos de cimento nas costas e outros materiais, pois era carroceiro nas ruas de Brasília. — Eu não vou conseguir me aposentar nunca, mas estou perdendo as minhas forças e, com três hérnias de disco, não consigo pegar o que antes conseguia.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a maioria dos senadores e deputados sequer conhece o texto da reforma, tida por ele como “a mais cruel de todos os tempos”. A proposta do Executivo (PEC 6/2019) já foi aprovada pela Câmara e está em análise no Senado. O primeiro turno está previsto para 24 de setembro.

Paim citou preocupações como a aposentaria por in-

validez, que é paga levando em conta a integralidade do salário. Ele disse que, a partir da promulgação, quem tiver um problema grave e não puder trabalhar vai aposentar com metade do salário.

Fabiano Contarato (Rede-ES) afirmou que a reforma da Previdência, da maneira como proposta e aprovada na Câmara, será “uma violência contra aqueles que ganham menos, a camada mais pobre da sociedade brasileira”. Na avaliação dele, as medidas vão contra os ideais de fraternidade.

— Minhas digitais não estarão nessa proposta, diante da minha consciência de que 459 municípios estão em extrema pobreza, 70 milhões estão na pobreza ou extrema pobreza e há 22 milhões desempregados ou subutilizados.

Representante da ONG Intervozes, que trabalha pelo direito à comunicação, Maria Mello levou à CDH um levantamento recente sobre o posicionamento da mídia e de especialistas consultados pelos meios de comunicação sobre a reforma.

De acordo com os dados, nos três jornais avaliados (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*), 64% dos especialistas consultados eram favoráveis à reforma, muitos deles ligados a consultorias empresariais. Cerca de 8% foram parcialmente favoráveis e 19% se colocaram contrários ao projeto.

Nas emissoras de TV, representantes do governo foram maioria, segundo ela.

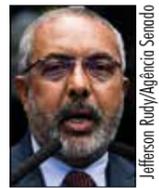
— Faltou pluralidade na cobertura, faltou dar voz a setores que importavam ser ouvidos — avaliou.

País caminha para estado de miséria absoluta, diz Paim

O país está sendo levado a um estado de miséria absoluta, disse Paulo Paim (PT-RS). Ele leu nota da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, comprometendo-se com o trabalho digno. Segundo Paim, o Brasil ocupa uma posição ruim em nível internacional.

— O estado de miséria vai atingir mais de 100 milhões de brasileiros. Hoje já está se aproximando dos 60 milhões.

O senador disse que o Brasil possui a maior concentração de renda do mundo. Cerca de 1% da população mais rica detém mais de 50% de tudo que há no solo brasileiro.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Styvenson Valentim se posiciona contra fundo eleitoral

Styvenson Valentim (Podemos-RN) criticou o projeto que trata do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como fundo eleitoral.

Na visão do senador, o PL 5.029/2019, que prevê exceções ao limite de gastos de campanhas e autoriza o retorno da propaganda partidária semestral, vai permitir que o dinheiro do fundo seja usado para contratar contadores e advogados para a defesa dos acusados de corrupção.

— O político tira da população e vai, ainda assim, ter a defesa dele paga pela própria população — criticou.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ações enfrentam analfabetismo financeiro no país

Pesquisas mostram que maioria dos brasileiros não lida com dinheiro de forma consciente e racional. Em 2020, escolas terão de incluir educação financeira na grade curricular

Ricardo Westin

A CADA 10 adultos no Brasil, 4 estão inadimplentes, de acordo com a Serasa Experian. Além de assistirem ao crescimento de suas dívidas como bola de neve (pela incidência de multa, juros e correção monetária), as pessoas com o nome sujo na praça perdem o acesso a empréstimo bancário, cheque especial e cartão de crédito.

Uma explicação para a inadimplência está na situação econômica do país, com salários baixos e desemprego alto. Mas essa não é a única causa. As contas não pagas também têm um componente individual: o analfabetismo financeiro. A expressão, que remete ao analfabetismo funcional, vem sendo usada por instituições como o Banco Mundial.

A pessoa é considerada analfabeta financeira quando não lida com o dinheiro de forma consciente e racional. Ela, por exemplo, não tem ideia de quanto gasta por mês. Compra por impulso. Faz parcelamentos ignorando o peso dos juros no preço final. Entra no cheque especial e paga apenas o valor mínimo da fatura do cartão de crédito sem perceber que em ambas as situações está contraindo empréstimo. Deixa dinheiro parado no banco e não aplica em investimentos. Por vezes, nem sequer poupa.

Especialistas dizem que, como todo tipo de ignorância, o analfabetismo financeiro se combate com educação. Por isso, em 2010, o governo criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira, uma política pública que uniu instituições tão diferentes quanto o Banco Central, o Ministério da Educação e a Secretaria Nacional do Consumidor na execução de projetos que disseminem o conhecimento financeiro.

— A educação financeira não ensina as pessoas a ficarem ricas, mas a agirem de maneira a transformar o dinheiro que elas têm, não importa se é pouco ou muito, em fonte de bem-estar, não de problema — diz o educador financeiro Alvaro Modernell.

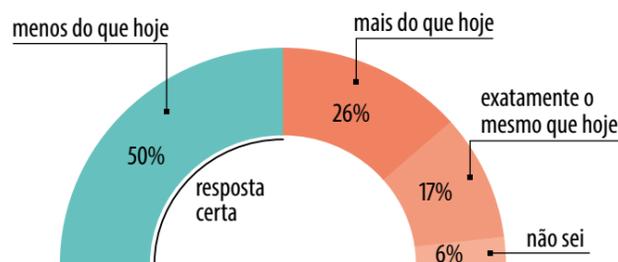
Tabu

O passo mais ambicioso da política pública será dado no ano que vem, quando todos os colégios terão que oferecer educação financeira. O tema está previsto na recém-criada Base Nacional Comum Curricular, conjunto de diretrizes que servem de norte para as escolas públicas e privadas.

A noção do brasileiro sobre finanças

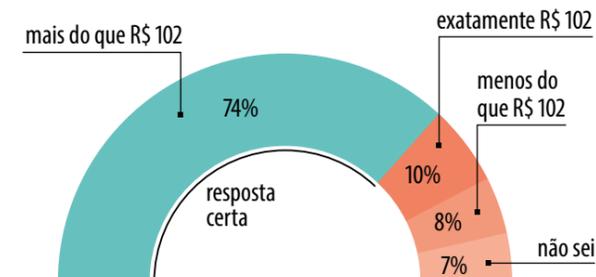
Pergunta 1

Imagine que o rendimento de seu investimento é de 1% ao ano e que a inflação é de 2% ao ano. Depois de um ano, quanto você acha que poderá comprar com o dinheiro que ficou aplicado nesse período?

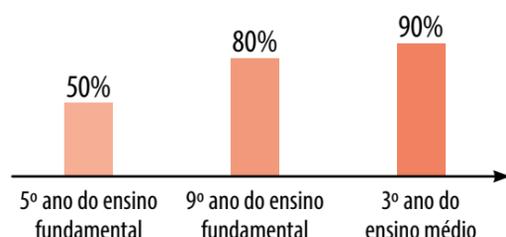


Pergunta 2

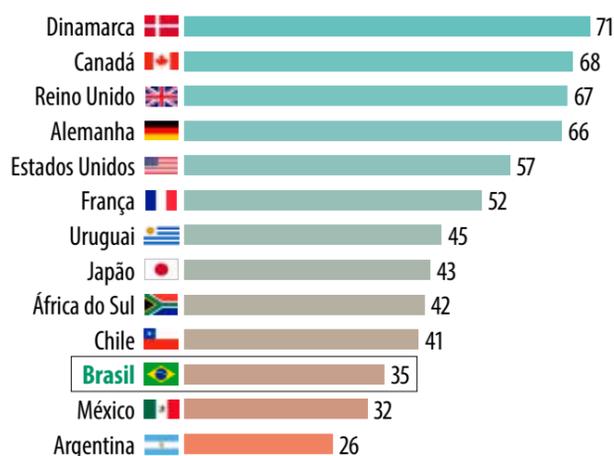
Você tem R\$ 100 em investimentos que rendem 2% ao ano. Depois de cinco anos, qual será o saldo da aplicação?



Estudantes brasileiros que terminam o ano letivo sem a aprendizagem adequada em matemática



Adultos financeiramente educados (%)



Fonte: Raio X do Investidor Brasileiro, Anbima/Datafolha (2018), Anuário Brasileiro da Educação Básica (2018) e Financial Literacy Around the World, The George Washington University (2014)

De acordo com Modernell, o ideal seria que os pais também se encarregassem da educação financeira dos filhos:

— Mas o dinheiro é tabu. Não se toca no tema com os amigos, com os filhos e, em certos casos, nem mesmo com o cônjuge. Guarda-se mais segredo sobre a vida financeira do que sobre a vida sexual. Se a pessoa vive uma situação confortável, fica com medo de que lhe assaltem ou peçam dinheiro emprestado. Se vive uma situação ruim, não quer que ninguém saiba

do seu fracasso profissional.

A educação financeira estará em todas as séries dos ensinos fundamental e médio não como disciplina extra, mas como tema a ser trabalhado de forma simultânea pelas diversas disciplinas.

Às crianças pequenas, os professores ensinarão questões mais genéricas e simples, como o valor do dinheiro, o caminho percorrido pelo alimento do campo à mesa de casa e a necessidade não desperdiçar água, comida e

energia elétrica. Questões mais específicas e complexas, como juros, impostos e modalidades de empréstimo, ficarão para os adolescentes do ensino médio.

Para os professores que têm pouca intimidade com os números, a chegada da educação financeira pode ser motivo de apreensão. A professora de economia Ruth Hofmann, da Universidade Federal do Paraná, trata de acalmá-los:

— A educação financeira não tem a ver com matemática financeira ou contabilidade, mas com mudança de comportamentos. Da mesma forma que o professor nos mostra que precisamos comer frutas e verduras e evitar frituras e doces em excesso, ele nos ensina que é importante deixar de gastar com coisas desnecessárias hoje e passar a poupar dinheiro para o amanhã, já que isso permite que realizemos nossos sonhos.

Depois que passarem por uma capacitação, os professores das disciplinas tradicionais verão que realmente não há mistério. Em história, poderão mostrar cédulas antigas de réis, cruzados e cruzeiros para explicar o que é inflação. Em física, poderão levar uma conta de luz para a aula e, com base no valor do quilowatt hora (kWh), mostrar quanto custa um banho de dez minutos.

Das 27 redes estaduais de ensino, a do Tocantins é tida como a mais adiantada na adoção da educação financeira. A professora Cláudia Rebelo, da Escola Vale do Sol, em Palmas, diz:

— Muitos jovens abandonam o ensino médio porque acham as aulas enfadonhas, teóricas demais. Quando o tema é dinheiro, ficam logo interessados, pois sabem que estão aprendendo algo que vai ter aplicação na vida deles. A educação financeira tem o poder de reduzir a evasão escolar.

Estudos confirmam que, no grosso, os brasileiros são mesmo ignorantes ao lidar com o dinheiro. Uma pesquisa recente mostrou que metade dos adultos não entende a lógica que faz uma quantia valorizar-se quando está investida e depreciar-se quando fica exposta à inflação.

Numa prova do MEC para crianças do 5º ano, uma das questões trazia a imagem de algumas poucas cédulas e moedas. Metade dos alunos foi incapaz de fazer a soma.

Para quem perdeu o controle do próprio dinheiro, a vida vira um inferno. Problemas financeiros sérios costumam levar a ansiedade, depressão, noites

em claro, queda de rendimento no trabalho, brigas familiares, divórcio e até suicídio.

O analfabetismo financeiro também tem um custo para o país. Pessoas afogadas em dívidas se veem forçadas a reduzir o consumo. A indústria, o comércio e o setor de serviços, então, vendem menos. Por causa da queda da demanda, trabalhadores dessas áreas são demitidos, engrossando o desemprego. Com a redução das vendas, menos impostos são recolhidos. O governo, assim, perde recursos que seriam aplicados em setores como saúde, educação e segurança.

CPI no Senado

O analfabetismo financeiro preocupa o Senado. No ano passado, a CPI dos Cartões de Crédito investigou os altos juros do crédito rotativo e constatou a ignorância da população. Segundo o relatório da CPI, o governo precisa exigir dos emissores de cartões que invistam parte do faturamento em educação financeira e que as lojas afixem cartazes com alerta sobre os riscos do crédito rotativo e do cheque especial.

— O cigarro e as bebidas alcoólicas trazem alertas sobre os seus malefícios. É preciso fazer o mesmo com o endividamento — afirma o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que elaborou o relatório da CPI.

A Câmara acaba de criar uma comissão especial para estudar e votar um projeto do Senado que cria mecanismos para combater o superendividamento da população (PLS 283/2012). Entre os mecanismos previstos, está o investimento em educação financeira.

Para a gerente-executiva de Responsabilidade Corporativa da Serasa Experian, Andrea dos Santos Regina, é importante que o alvo sejam as crianças:

— Elas são excelentes multiplicadoras do conhecimento. As crianças levam para casa a educação financeira aprendida na escola e conseguem influenciar os pais e mudar os costumes da família inteira.

Saiba Mais

Estudo sobre o impacto da educação financeira na escola
<http://bit.ly/impactoEducaoFinanceira>

Pesquisa sobre os hábitos financeiros do brasileiro
<http://bit.ly/raioXdoInvestidor>

Relatório final da CPI dos Cartões de Crédito
<http://bit.ly/relatorioCPIdosCartoes>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania